

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVII nº 1209 - 18/03/2013 a 24/03/2013

Tiragem desta edição 24.000 exemplares semanais



UM MERCADO DE R\$ 14 BILHÕES

Custo de Grãos

Receitas e Despesas

Paraná

O Patinho Feio

Código Florestal

Tempo de Paciência

Aos Leitores



O milho e a soja são produtos de mil e uma utilidades, e como matéria-prima de produtos industrializados muitas vezes passam despercebidos. Nesta edição, este BI mergulhou na busca de informações sobre um mercado que movimentou no ano passado R\$ 14 bilhões: o mercado Pet, nome creditado à mania nacional do anglicismo (expressão da língua inglesa introduzidas a outra língua). No caso os serviços e produtos dedicados a animais de estimação.

Há mais de 100 milhões de “consumidores” de quatro e duas patas/pés neste país, 50% deles alimentados com ração feita à base de milho e soja. A partir da pg. 4 você pode constatar outras revelações desse mercado e muitas fotos dos simpáticos de estimação. A edição também aborda a questão do andamento do Código Florestal à espera de decisões do STF e do Congresso Nacional, e o início dos trabalhos do inventário florestal. Neste último, os órgãos do governo garantem que os dados a serem levantados não tem caráter fiscalizatório e o produtor pode ficar tranquilo.

E lembra (na última página) que dia 22 é o “Dia Mundial da Água”, mas na verdade todo dia é dia da água, vital à vida animal e vegetal, e sempre a perigo.

Índice

Inventário Florestal.....	03
O Mercado Pet	04
Fórmula de Transporte.....	09
Seguro Rural	10
Custo de Grãos	12
Sementes	14
Trigo	16
Patinho Feio	18
Código Florestal.....	20
Vespa-da-galha	24
Giacobo / Cartas	26
Eventos Sindicais	27
Via Rápida	30

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |

F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |

F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação:** Hemely Cardoso e Katia Santos | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuei

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

O inventário florestal não é para fiscalizar as propriedades rurais

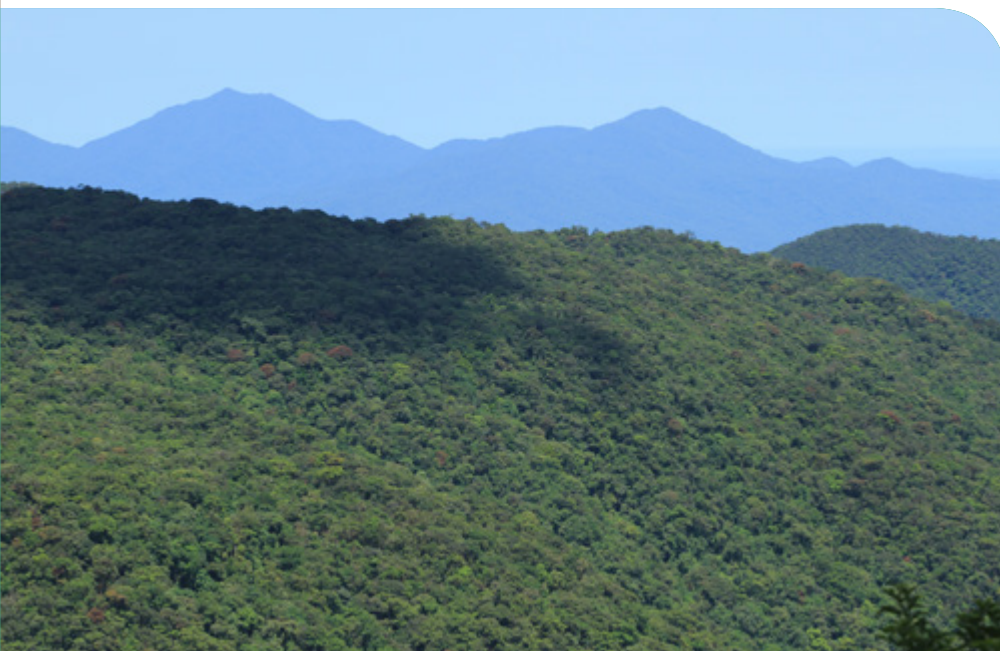
Paraná terá 550 pontos pesquisados

Invariavelmente as ONGs ambientalistas radicais utilizam o “chutômetro” para denunciar a área de florestas existentes no país. Há um motivo para isso, porque praticamente há três décadas não é feito o inventário florestal nacional, o último foi em 1984. O governo do Paraná e o Serviço Florestal Brasileiro estão iniciando esse inventário no território paranaense para obter um diagnóstico das condições florestais em nosso estado.

Serão coletadas informações sobre a mata nativa e realizado um levantamento sócio-ambiental com os moradores para identificar como as comunidades e os proprietários rurais percebem e utilizam os recursos florestais. Essa coleta, no Paraná, ocorrerá em 550 pontos, distribuídos no estado e será realizada por equipes credenciadas e identificadas. Em três fases o trabalho será feito na região Centro-Sul (floresta de araucária); Litoral e Serra do Mar (floresta Atlântica) e no Norte e Noroeste do estado.

O Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITC) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) pedem a colaboração dos produtores que eventualmente recebam a visita desses pesquisadores. Garantem que os levantamentos tem o viés científico e servirão para a formulação de políticas públicas sobre o uso e conservação dos recursos florestais, como o “pagamento por serviços ambientais previstos no Programa Bioclima Paraná”. Não tem, e nem terá caráter fiscalizatório das propriedades envolvidas. Em caso de dúvidas, os produtores devem entrar em contato com os escritórios regionais do IAP, Sema, sindicatos rurais e cooperativas.

Foto: Fernando Santos



Os resultados

O inventário permitirá se obter:

- O estoque em crescimento (volume)
- A biodiversidade (espécie arbóreas)
- O estoque de biomassa e carbono
- A estrutura e a dinâmica da floresta
- A saúde e a vitalidade da floresta
- As características do solo
- O nível de degradação
- As mudanças na cobertura florestal
- A fragmentação florestal
- O uso local de produtos e serviços
- As classes de uso da terra
- A percepção dos usuários da floresta sobre os seus recursos florestais

Um mercado de R\$ 14 bilhões

Para mais de 100 milhões de consumidores

Por Katia Santos

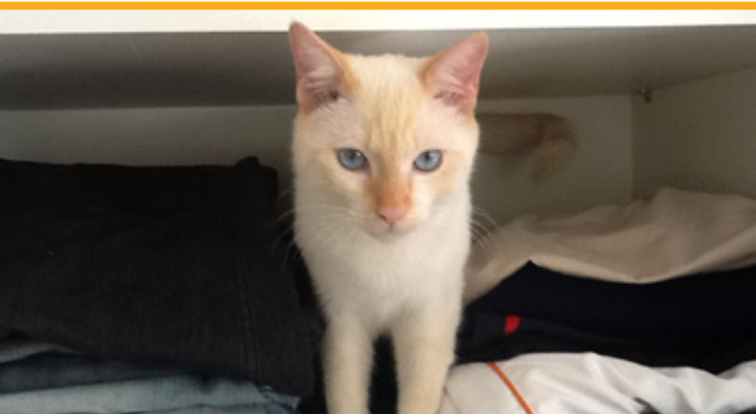
O Brasil é o país da cachorrada e da gatarada. Segundo dados atualizados da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet) atualmente existem 37,1 milhões de cães e 21,3 milhões de gatos espalhados pelo país. É a segunda população desses animais no planeta (os EUA são os primeiros). Dizem que na China há ainda mais cães e gatos, mas como são fonte de proteína animal para eles, ninguém arrisca uma estatística confiável.

Segurança, carinho e companhia podem justificar esse enorme exército de pequenos (nem sempre) quadrúpedes que latem, miam e...consomem. Os pets (animais de estimação em livre tradução) formam um mercado que faturou em 2012, R\$ 14,2 bilhões em território brasileiro. No mundo o mercado de pets movimentou em 2012 US\$94 bilhões.

A bicharada mexe com a agropecuária, o comércio e serviços e gera no Brasil 224.570 empregos - 200 mil na rede de comercialização e 24.570 na indústria. De acordo com a Abinpet foram produzidas no ano passado mais de 1,5 milhão de toneladas de ração para cães, gatos, aves e peixes. A ração para cães e gatos é composta de milho, farelo de soja, farinha de carne (residuais da indústria como vísceras) e ossos, farinha de vísceras de aves e ainda gordura de origem animal como sebo bovino, porco ou frango.



Fotos: Fernando Santos e Divulgação





Geram empregos que anos atrás seriam tema de piadas como banhista, recreacionista, dog walker (aquele que caminha com o cão) tosador dos cachorros e manicure/pedicure de felinos. Coisa “chic”, até com nomes em inglês, comum nas cidades, embora a maioria ainda sejam esfregados com água e sabão comum.

Não existe uma pesquisa, mas estudiosos do tema afirmam que 50% da população de cães e gatos brasileiros consomem ração. Os outros 50% não atingiram a “classe média ascendente” e continuam com os restos de comida dos donos.

A fórmula da doutora

A zootecnista e professora/doutora em Nutrição Animal da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ananda Portella Felix, explica que as rações são produzidas de acordo com as características fisiológicas dos animais e podem ser divididas em três categorias:

- 1** – Animais que precisam de alto nível de energia e proteína – gestantes, atletas e em lactação.
- 2** – Animais em manutenção – teu companheiro de casa ou no campo - com nível ponderado de proteínas e fibras.
- 3** – Obesos que precisam das rações light com baixos teores de gordura e energia.

Para entender mais sobre composição das rações de animais em manutenção (o esbelto, nem gordo nem magro), ela fez uma simulação dos percentuais médios de uma ração equilibrada.

O milho é um dos principais componentes das rações dos pets. “O percentual de utilização pode variar entre 30 e 60%. Na nossa simulação colocamos 50% desse grão, que é pobre em fibras, mas rico em amido. Para entrar na ração ele é cozido em altas temperaturas e se transforma em um tipo de gelatina e aí se torna digestível”.

A soja entra na composição da ração no formato de farelo. O percentual grão varia de 5 a 25%, na simulação. “Vamos adicionar 10% de farelo de soja”. Segundo a professora os fabricantes reduzem a utilização do farelo porque ele deixa as fezes dos animais volumosas e úmidas, características que não agradam os donos.

As farinhas de vísceras de bovinos, restos de carnes e ossos tem percentuais que variam entre 10 a 20%. Já a farinha de vísceras de aves pode ser utilizada entre 25 a 30%. “Na nossa composição ela será de 10 e 20% respectivamente. Para finalizar um pouco de gordura – 6% de suplementos minerais e vitamínicos”.



Rações coloridas

Para atrair fregueses, as indústrias produzem rações coloridas, embora os cães não identifiquem todas as cores que os humanos (www.portaldaeducação.com.br/veterinaria/artigos). A elas se juntam ossinhos, bifinhos, e muitos etceteras, tudo dedicado a cães vira-latas ou um maltês como a Emily Bonates, da novela “Salve Jorge”, da Rede Globo. Emily que contracenava com a personagem Leonor interpretada pela atriz Nicete Bruno é um caso a parte. A cachorrinha com sobrenome se sobressai no site da Rede Globo – a que ponto chegamos.

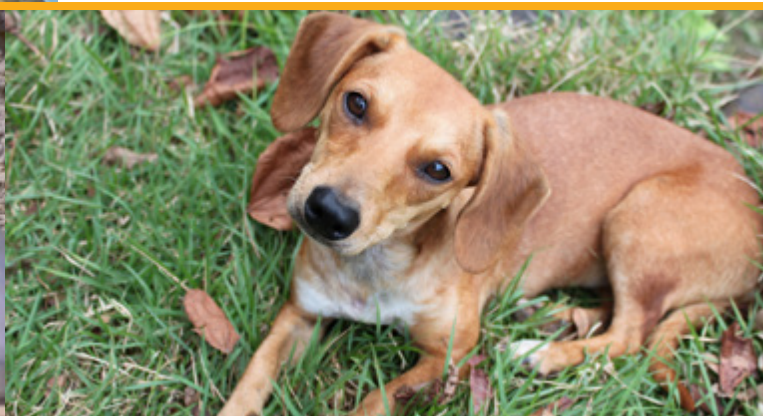
Mas a professora da UFPR faz um alerta aos proprietários mais empolgados. Os petiscos em excesso são um problema, porque são mais saborosos e a tendência do animal é deixar a ração de lado e comer só as guloseimas. “Esse tipo de alimento pode ser usado como um estímulo ao bom comportamento ou até mesmo como um mimo adicional, mas só a ração possui os componentes ideais para manter o animal bem alimentado e nutrido”.





Números sobre o mercado pet

- O Brasil é a 4ª maior nação do mundo em população total de animais de estimação e a 2ª em cães e gatos. Além deles, existem 26,5 milhões de peixes e 19,1 milhões de aves. Outros animais somam 2,17 milhões, totalizando 104 milhões de pets em escala nacional.
- Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) cerca de 59% dos domicílios têm algum animal de estimação, sendo que em 44% deles há pelo menos um cachorro e em 16% pelo menos um gato. Conforme a mesma fonte, 63% das famílias das classes A e B possuem animais de companhia. Já na classe C, este número é de 64%, e na classe D este percentual cai para 55%.
- A Associação Brasileira do Mercado Animal (ABMA), informa que 43% do faturamento bruto do segmento vêm de alimentação. O restante é distribuído entre acessórios (9,6%), medicamentos (8,6%) e produtos e serviços como consultas, vacinações, exames, etc.
- A representatividade do setor para a economia nacional resultou na criação da Câmara Setorial Pet, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O foro funciona como uma reunião dos segmentos pet, órgãos públicos e outros elementos da cadeia produtiva de animais de estimação.
- Os alimentos para pequenos animais são taxados como bens supérfluos, com 49,9% de impostos -sendo IPI 10%, PIS/COFINS 9,25%, ICMS 18%, Substituição Tributária no ICMS 10%.





Cada marca de ração varia a composição, mas em média levam 50% de milho e 10% de soja, 20% de Farinha de vísceras e ossos, 10% de Farinha de vísceras de aves e 10% de gordura e suplementos minerais e vitamínicos.

Mil opções

Elaine Ramos, 34 anos, formada em Administração de Empresas, há três anos trocou o bom emprego na área de informática para se tornar sócia de um pet shop, em Curitiba.

“Como não entendia nada corri atrás da informação. Cada fornecedor e médico-veterinário que me visitava eu sugava tudo que podia. Hoje me perguntam se eu fiz medicina-veterinária”, conta.

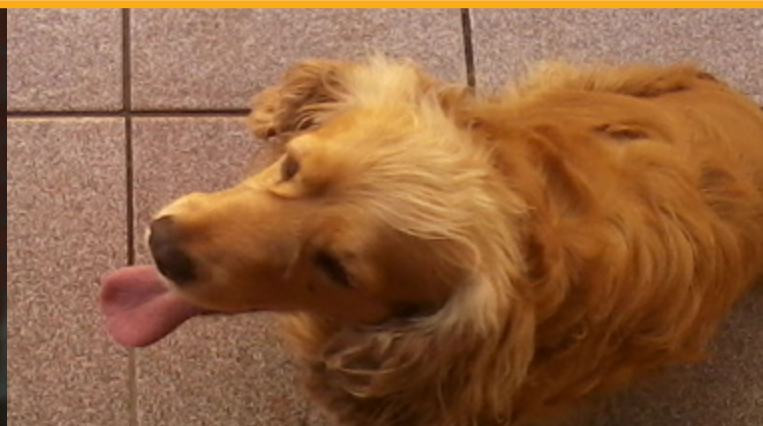
Comprou a parte do sócio, trabalha em média 12 horas por dia e sua loja tem mil itens entre rações de mais de 30 marcas para cães, gatos, aves, peixes e roedores; medicamentos; acessórios (para os donos e bichos: chaveiros, bandanas, brinquedos, coleiras, etc); petiscos; camas; arranhadores e material de higiene. De quebra oferece serviço de hotel, banho, tosa e leva e traz.

“Alguns clientes acham que não devem comprar uma ração mais cara para seu animal, mas no dia a dia vemos que esses animais acabam apresentando problemas de saúde. Eles ficam com a imunidade baixa, tem queda de pelo e ficam fracos. Agora quem compra uma ração mais completa com alto teor de proteína acaba comprando só a ração mesmo e o animal vive bem e feliz. Ou o dono gasta com ração ou gasta com remédio”, diz.

A categoria de animais mais exigentes, no ponto de vista de Elaine, são os gatos. “Tenho clientes que comprem ração semanalmente em pequenas quantidades porque o bichano simplesmente não come uma ração um pouco menos crocante”. Gato fino é outra coisa.

Cada marca de ração varia a composição, mas em média levam 50% de milho e 10% de soja, 20% de farinha de vísceras e ossos, 10% de farinha de vísceras de aves e 10% de gordura e suplementos minerais e vitamínicos.

- As rações consomem anualmente, em média, 750 mil toneladas de milho e 150 mil toneladas de soja.



Em Pato Branco uma solução para o transporte de máquinas e tratores

Os produtores rurais de Pato Branco, Bom Sucesso do Sul, Itapejara D'Oeste e Mariópolis estão utilizando um novo serviço para transporte de máquinas agrícolas na região, com duas vantagens - seguro e mais barato. A história começou durante a cerimônia de posse do atual presidente do Sindicato Rural de Pato Branco, Oradi Francisco Caldato, em fevereiro de 2011. Ele fez um relato dos problemas que os agricultores enfrentavam pela falta de estrutura para transportar as máquinas agrícolas nas estradas durante o período de colheita.

Além dos produtores estavam presentes o então prefeito Roberto Vigaró, o deputado federal Fernando Giacobbo e o diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia. Quando fez uso da palavra o deputado Giacobbo afirmou que buscaria recursos para que a prefeitura adquirisse um caminhão e em comodato com o sindicato disponibilizasse o serviço aos produtores.

O processo correu e em setembro de 2012 o caminhão Volkswagen de 250 cavalos, trucado, interculado e com uma prancha hidráulica chegou ao município. Após os trâmites legais e mais uma parceria entre a prefeitura, sindicato rural e a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais no Transporte de Passageiros em Geral da Região Sudoeste (Transcooper) o caminhão já está sendo utilizado há quase um mês pelos produtores da região.

“Por falta de espaço físico pedimos a colaboração da Transcooper, que guarda o veículo, contratou um operador e se responsabiliza pelo agendamento do serviço diretamente com os produtores. Para melhorar ainda mais o atendimento a Transcooper adquiriu um reboque no valor de R\$ 18 mil para transportar os acessórios das máquinas”, informa Caldato.

utilização do equipamento tem custo, mas depende de negociações entre as entidades envolvidas (Sindicato Rural, Transcooper e Prefeitura). De qualquer forma é um bom exemplo a ser seguido.

O presidente do sindicato explica que o desgaste dos tratores colheitadeiras nas estradas é muito grande, pois não foram projetados para rodar no asfalto. “Algumas máquinas porque são mais largas os pneus devem ser trocados o que causa um transtorno ao produtor. Com o caminhão o transporte é mais rápido. Além é claro da questão da segurança no trânsito”, finaliza.

Foto: Divulgação



Produtor paranaense na liderança do seguro rural

22 mil apólices foram emitidas no Estado do Paraná

Por Pedro Loyola, coordenador do DTE/FAEP e
Tania Moreira, economista do DTE

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) divulgou os dados do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). O relatório com dados de utilização de seguro agrícola no Brasil revela que houve evolução nas contratações.

O programa subvenciona parte do prêmio do seguro agrícola pago pelo produtor. Para soja e milho da safra de verão essa subvenção é de 50% do prêmio e para as culturas de inverno como milho safrinha e trigo de 70% do prêmio. Esse seguro só é viável devido ao aporte do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

Foram liberados R\$ 318 milhões em recursos do programa em 2012, crescimento de 25,7% em relação a 2011 (R\$ 253 milhões). As 63.328 apólices emitidas em 2012, representam aumento de 9,4% em relação ao ano anterior. Entre as culturas, a soja e a uva possuem o maior número de produtores que aderiram ao seguro e representam mais de 50% das apólices. A soja com 26.718 apólices (42% do total) e uva com 9.400 apólices (14,8% do total).

No entanto, nos últimos anos o programa brasileiro tem sofrido contingência de recursos, gerando incertezas na liberação e atrasando o período correto de contratação das apólices. Em 2012 foram liberados R\$ 174 milhões no decorrer do ano e outros R\$ 144 milhões apenas em dezembro.

A FAEP tem defendido que o modelo do programa

precisa sofrer ajustes. Hoje ele distribui os recursos para as seguradoras para beneficiar os produtores. No entanto, isso gera uma reserva de mercado e não cria competitividade entre as seguradoras nas diferentes regiões do país.

Entre as propostas da FAEP para desenvolver o mercado de seguro agrícola, destacam-se:

- a) Criar um sistema de acesso ao Programa de Seguro Rural (PSR) em que o produtor possa escolher a seguradora.
- b) Liberar os recursos do PSR conforme o calendário agrícola, ou seja, no período em que o produtor está comprando os insumos ou contratando o financiamento de pré-custeio.
- c) Revisar o programa de subvenção ao prêmio de seguro rural, ampliando o montante de recursos para médio e longo prazo e buscando amparar com as modalidades de seguro 50% da área cultivada no Brasil até 2015.

Para 2013 o governo prometeu R\$ 400 milhões para o seguro, valor muito aquém da demanda no campo. Apesar da evolução, a área segurada no país ainda é muito baixa. Fazendo uma análise conjunta das modalidades e mecanismos mitigadores dos riscos climáticos (Proagro, Proagro Mais, Seguro Privado e Fundos Mútuos) é possível notar que parcela muito reduzida da produção da agricultura brasileira está protegida. Em 2012, em torno de 18% da superfície da área agrícola brasileira tinha algum mecanismo de proteção, atendendo 1,6 milhão de produtores.

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL

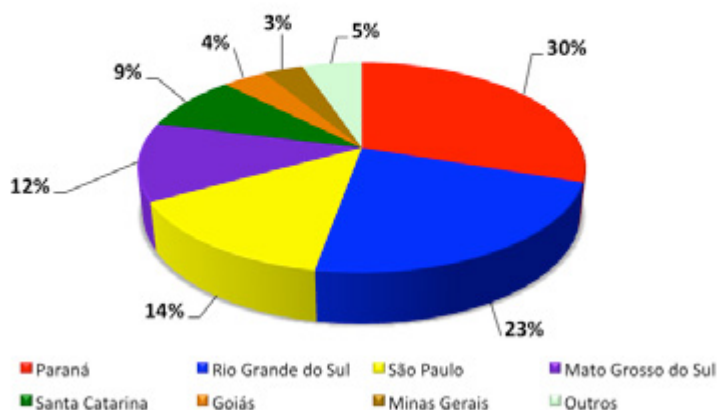
RESULTADO 2012

Tabela 1 - Resultado Geral por Estado

UF	APÓLICES (Unidade)	ÁREA SEGURADA (ha)	IMPORTÂNCIA SEGURADA (R\$)	PRÊMIO (R\$)	SUBVENÇÃO (R\$)
Paraná	22.666	1.746.198	2.198.688.135	165.037.360	96.147.799
Rio Grande do Sul	16.533	1.118.337	2.163.068.214	127.977.962	71.775.321
São Paulo	9.319	505.894	1.356.660.950	83.783.499	44.881.996
Mato Grosso do Sul	3.398	679.758	706.702.327	64.144.745	38.238.838
Santa Catarina	5.561	180.466	556.883.650	52.054.137	27.558.115
Goiás	1.981	348.113	536.959.636	23.774.565	12.221.335
Minas Gerais	2.514	235.968	653.844.591	23.026.377	10.961.851
Outros	1.356	428.538	609.407.456	31.576.933	16.382.679
Total	63.328	5.243.272	8.782.214.959	571.375.578	318.167.934

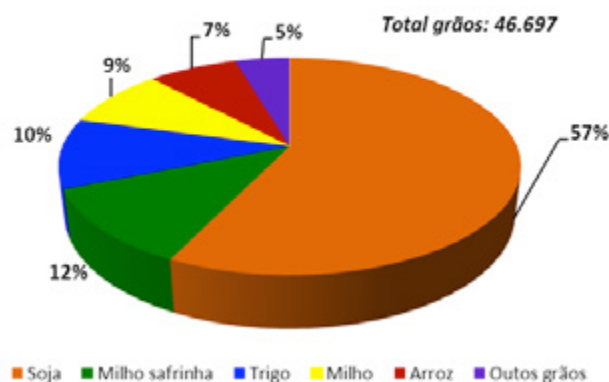
Fonte: MAPA/SPA – Elaboração: DTE/FAEP

SUBVENÇÃO (R\$) - 2012



Fonte: MAPA/SPA – Elaboração: DTE/FAEP

APÓLICES (Unidade)



Fonte: MAPA/SPA – Elaboração: DTE/FAEP

Tabela 2

Resultado Geral por Atividade

ATIVIDADE	APÓLICES (Unidade)
Soja	26.718
Milho safrinha	5.401
Trigo	4.863
Milho	4.079
Arroz	3.498
Maçã	2.018
Uva	9.400
Outros grãos	2.138
Outras frutas	1.597
Legumes e verduras	2.088
TOTAL	63.328

Fonte: MAPA/SPA – Elaboração: DTE/FAEP

O custo no plantio de grãos

Produtores voluntários participam da pesquisa Cepea/Esalq



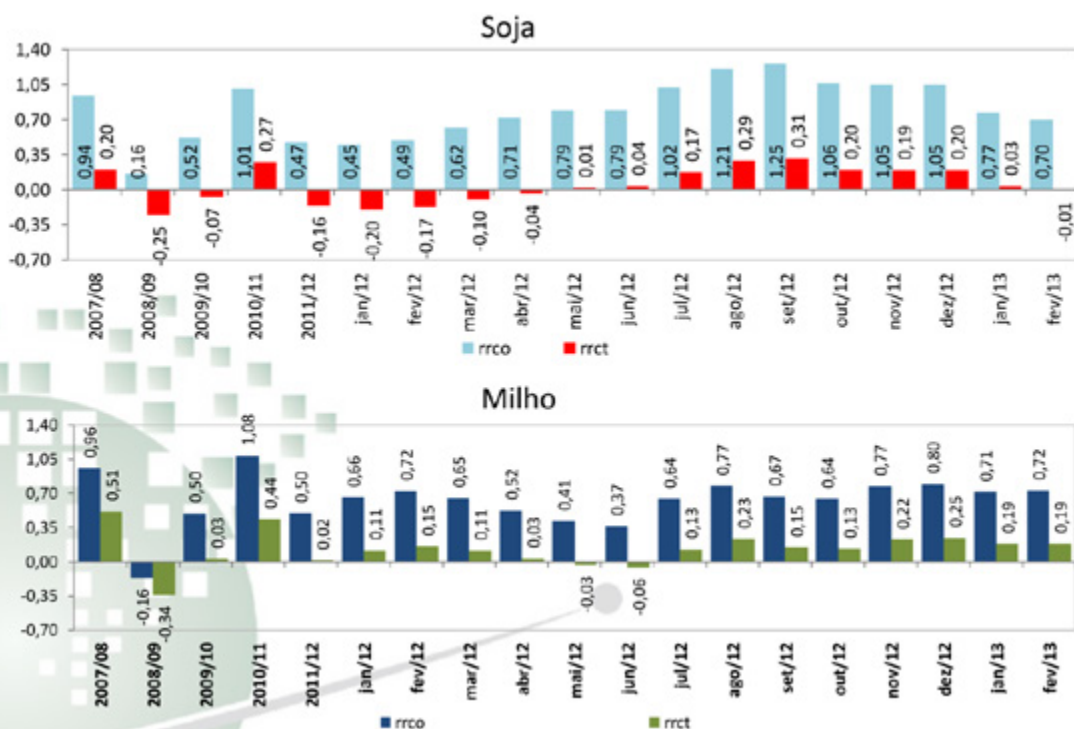
Para levantar informações e dados e subsidiar o produtor rural na hora de investir na produção, gerenciar riscos e a propriedade, a FAEP participa há cinco anos da pesquisa elaborada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea-Esalq), da Universidade de São Paulo. O trabalho faz parte do Projeto Campo Futuro da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) com pesquisas em 11 estados, 28 municípios e a participação voluntária de 211 produtores rurais e consultores. No Paraná participam os municípios de Castro, Guarapuava, Cascavel e Londrina no Painel de Grãos.

Os resultados da safra 2011/12 foram apresentados em Curitiba, no último dia 4, durante a reunião da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP. “O critério para a escolha das regiões é o maior volume de produção. Os grupos de produtores pesquisados variam – de cinco a sete por município. Outra exigência é que os produtores tenham assessoria técnica constante”, explica o pesquisador, engenheiro-agrônomo e doutor em Engenharia de Produção, Mauro Osaki, que atua no Paraná.

A pesquisa nacional analisa as culturas de soja, milho 1ª e 2ª safra, feijão, trigo, algodão e arroz e produziu 125 planilhas de custo de produção sobre a safra 2011/12. No Paraná são avaliadas as culturas de soja e milho 1ª e 2ª safra. Essa pesquisa envolve outras cadeias produtivas em outros estados - cana-de-açúcar, fruticultura, bovinocultura de corte e leite.

O trabalho começa pela caracterização das propriedades, distribuição do uso da área, taxas de juros para custeio, custos de operacionalização tanto em áreas próprias como arrendadas, desembolsos (sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, mão-de-obra, mecanização e comercialização) e resultados econômicos. Analisa também a diferença de custos de produção entre as culturas de soja e milho entre sementes convencionais e transgênicas.

RENTABILIDADE DA SOJA E DO MILHO



RRCO - Retorno para Cada Real Investido (Bruto) | **RRCT** - Retorno Sobre o Custo Total (Incluída depreciação do Capital)

CUSTO X RECEITA

Quando se discute a participação de cada componente no custo de produção deve-se verificar a participação de cada componente, o que foi feito. Para a soja foi verificada a participação no custo para: fertilizantes (média 31%), defensivos agrícolas (média 20%), operação mecânica (média 20%), sementes (média 10%) e mão de obra (média 9%). Outros custos completam os 100%.

Para a cultura de soja a receita bruta obtida cobriu o custo operacional de produção para Londrina, Castro, Guarapuava e Cascavel, mas não cobriu o custo total para Londrina e Cascavel. O Custo Total insere, para efeitos comparativos, o preço da terra e o custo de oportunidade do capital investido, sendo, portanto uma visão de viabilidade econômica de longo prazo dos empreendimentos.

No caso do milho 1ª safra os fertilizantes responderam por 35% do custo operacional, sementes 21%,

operação mecânica 10% e defensivos 8%. A receita bruta obtida foi suficiente para cobrir o custo operacional e total. Para o milho safrinha os fertilizantes responderam por 28% do custo operacional, sementes 24%, operação mecânica 10% e defensivos agrícolas 10%. A receita bruta obtida foi suficiente para cobrir o custo operacional, mas no município de Cascavel não cobriu o custo total.

Para o milho ressaltou-se o peso que a semente vem tomando no custo de produção, praticamente o dobro de outras culturas. No milho safrinha sabe-se que a produção e renda são menores, mas o preço é o mesmo que a semente de milho verão.

“É uma incongruência quando se trata de milho transgênico, pois o discurso das empresas é de apropriar 50% dos ganhos da tecnologia para o produtor em royalties cobrados na semente”, diz o economista Pedro Loyola, coordenador do DTE/FAEP.

Regularize a semente própria ou “semente salva”

Por Maria Sílvia Digiovani, engenheira-agrônoma do DTE/FAEP

O produtor que comprar sementes certificadas, plantar e colher a safra, pode reservar parte do que for colhido para ser utilizado como semente em áreas de sua propriedade ou arrendadas, exclusivamente para a safra seguinte.

Mas é necessário regularizar essa prática, de preferência antes de efetuar o plantio, assim que estiver em posse das notas fiscais de compra das sementes certificadas.

O artigo 115 do Decreto 5.153, de 23/7/2004, que regulamenta a Lei de Sementes e Mudanças, permite que o produtor faça a inscrição prévia da área para produção de sementes para uso próprio até 30 dias após o plantio para as culturas de algodão, arroz, aveia, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale e até 20 dias para feijão.

A regularização é feita pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa). Para isso o produtor deve dirigir-se a uma Unidade Técnica Regional do Mapa mais perto do seu município (Ver relação de endereços ao final dessa matéria).

Os produtores têm que cumprir as seguintes exigências:

- 1 - Provar, através da Nota Fiscal, que comprou as sementes de comerciante registrado no Renasem (Registro Nacional de Sementes e Mudanças), ou seja, semente certificada.
 - 2 - A cultivar de semente adquirida deve ter inscrição no Registro Nacional de Cultivares.
 - 3 - A quantidade de semente a ser reservada deve ser compatível com a área de plantio do produtor e ser usada EXCLUSIVAMENTE para plantio na safra seguinte.
 - 4 - É proibida a venda ou a troca de semente para uso próprio.
- Observação: Os itens 3 e 4 não se aplicam aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e indígenas que multipliquem



Foto: Arquivo FAEP

sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização entre si.

5 - A área a ser plantada deve ser de propriedade do agricultor ou estar em sua posse.

6 - O beneficiamento da semente deve ser feito somente dentro da propriedade do usuário.

7 - No caso do produtor ter que fazer o transporte de sementes próprias entre suas propriedades, deve dirigir-se ao Mapa e solicitar uma autorização prévia para transporte de sementes.

8 - Esses procedimentos devem ser repetidos sempre que o produtor comprar semente certificada e quiser reservar parte

da produção a ser obtida para plantio da próxima safra. Em anos anteriores, a maioria das autuações feitas pelos fiscais do Mapa foi por irregularidades verificadas com o uso de semente própria.

No ano passado foram 14 mil operações de fiscalização em todo o país, para esse ano o Mapa prevê que esse número crescerá para 18 mil fiscalizações, com o objetivo de estimular a utilização de sementes certificadas ou sementes próprias regularizadas, com penalidades previstas para os que estiverem fora da lei.

Em outras palavras, o cerco se apertou e é bem mais inteligente prevenir do que correr atrás do prejuízo.

Abaixo a relação dos endereços das unidades do Mapa no Paraná

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
Superintendência Federal de Agricultura no Estado do PR em Curitiba	Rua José Veríssimo, 420 - Tarumã - CEP 82820-000 gab-pr@agricultura.gov.br	(41) 3361-4045 (41) 3361-4000
Capanema	Av. Pedro Viriato P.Souza, 1080 – Cx. P. 121 - CEP – 85760-000	(46) 3552-2983
Cascavel	Rua da Lapa, 2654 CEP 85819-740	(45) 3223-5562
Castro	Rua Romário Martins nº 625 - CEP 84165-010	(42) 3232-1635
Cianorte	Av. Santa Catarina , 621 - CEP 87200-000	(44) 3621-1939
Foz do Iguaçu	Av. Paraná, 1170 – CEP 85852-000	(45) 2102-4800
Francisco Beltrão	R. Ponta Grossa, 1576 – Sala 04 – CEP 85601-600	(46) 3211-3161
Guaíra	R. Rogério Luiz, 239 85890-000	(44) 3642-173
Guarapuava	Rua Simeão Varella de Sá, nº 3 - CEP 85040-080 Cx. Postal 50	(42) 3624-3638
Jacarezinho	Av. Manoel Ribas, 215, 2º andar CEP 6400-000	(43) 3525-0400
Londrina	Av. do Café, nº 543 – B. Aeroporto	(43) 2104-3500
Maringá	Av. Tuiuti, 1015 - CEP 87040-360	(44) 2103-6400
Palmas	R. Joaquim A. Perpetuo, 170 – 2º CEP 84670-000	(46) 3263-1322
Paranaguá	Rua Manoel Bonifácio, 309 – 2ª CEP 83203-300	(41) 2152-5300 (41) 2152-5325
Pato Branco	Rua Ibiporã , 295 – Centro CEP 85560-060	(46) 3224-6725 (46) 3220-5091
Ponta Grossa	Pç. Getúlio Vargas, nº 184 CEP 84070-550	(42) 3227-7622 (42) 3227-7644
Santa Helena	Porto Internacional de Santa Helena Cx.P. 135 Prolong. Rua Argentina s/n.º CEP.85.892.-000	(45) 3268-2470 (45) 3268-3305
São José Dos Pinhais	Av. Rocha Pombo, s/nº sala 1406 - CEP - 83010-620	(41) 3381-1299 (41) 3381-1394
Toledo	Centro de Eventos Ismael Sperafico Rua Minas Gerais, sn - CEP - 85906-170	(45) 3378-1020
Umuarama	Av. Rio Branco nº 3556 - Centro Cívico - CEP 87501-130	(44) 3622-2066 (44) 3622-5530

R\$ 531,00 por tonelada é o preço mínimo do trigo

FAEP reconhece avanços, mas cobra novas políticas de médio prazo

A FAEP reconheceu os avanços na política para trigo e a atitude do secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Neri Geller, que cumpriu o prometido de divulgar algumas políticas agrícolas para o trigo ainda na primeira semana de março.

No último dia 8, durante a Expodireto Cotrijal, em Não-Me-Toque (RS) o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, anunciou o lançamento da Política Agrícola Brasileira para Triticultura e demais culturas de Inverno. Foram revistos os valores de subvenção ao prêmio do seguro rural para as culturas de inverno e do preço mínimo para o trigo em 5,99%, passando de R\$ 501,00 para R\$ 531,00, por tonelada. De acordo com Mendes Ribeiro, as iniciativas para essas culturas foram antecipadas para que os produtores se programem para o plantio.

O governo federal garantiu R\$ 90 milhões para subvencionar o prêmio do seguro rural para essas culturas. O valor é aproximadamente 50% superior ao disponibilizado em 2012. Para feijão, milho 2ª safra e trigo, o percentual de subvenção é de 70%, enquanto para aveia, canola, cevada, centeio, sorgo e tritcale é de 60% – para amendoim e girassol, 40%. O limite é de R\$ 96 mil por produtor.

Para as culturas plantadas na safra de inverno, já foram divulgadas 59 portarias relativas ao zoneamento agrícola, todas publicadas nos meses de outubro e dezembro de 2012.

Comercialização

Quanto à comercialização, foram disponibilizados R\$ 430 milhões para a garantia de preços mínimos por meio das modalidades de Aquisição do Governo Federal (AGF) e pelos leilões de Prêmio para Escoamento de Produto (PEP) e de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (Pepro).

Foram elevados os preços mínimos para as diferentes classes e tipos de trigo. Para o tritcale em 5,96% e mantidos os preços mínimos fixados para a safra

Foto: Arquivo FAEP



2012 para aveia, canola, cevada, girassol e sementes”.

Em relação ao crédito, o limite por produtor passou de R\$ 650 mil para R\$ 800 mil. Também foram disponibilizados R\$ 28,3 bilhões no período 2012/13 para programas das modalidades de investimento, alta de 5% em relação à safra anterior. As taxas de juros também foram reduzidas em 18,5%.

Paraná

A FAEP, em conjunto com outras entidades representativas (Ocepar, Fecoagro e Farsul), encaminhou ao Mapa uma proposta de Política Agrícola para as culturas de inverno, especialmente o trigo. A proposta encaminhada ao Mapa solicitava ao governo que o final de fevereiro fosse o prazo para a quantidade de trigo que será apoiada - via leilões de PEP/PEPRO e AGF- durante todo o período de comercialização. O governo cumpriu com a proposta, mas o setor produtivo precisa ter essa política com mais antecedência no próximo ano. O Mapa disponibilizou R\$ 430 milhões para a garantia de preços mínimos, considerado um avanço para a FAEP, porém a federação alerta o governo que esses recursos devem ser disponibilizados oportunamente ao produtor.

No detalhamento do plano a Federação espera que o governo anuncie um aumento na quantidade de trigo nas operações de AGF para 500 toneladas por produtor (CPF). Na safras passadas o limite foi de 60 toneladas, considerado muito baixo para a realidade da maioria dos produtores.

Preço Mínimo: Na proposta, as entidades pediram para aumentar o Preço Mínimo de R\$ 501,00/tonelada para R\$ 576,50/tonelada. Isso significa que o aumento para R\$ 531,00 por tonelada ainda não cobre o custo operacional estimado pela Conab em maio de 2012 na região de Londrina - PR foi de R\$ 576,50/t.

Seguro Agrícola: os valores anunciados para as culturas de inverno de R\$ 90 milhões atendem parte da crescente demanda por seguro agrícola e significam um aumento considerável em relação à safra passada.

Políticas de médio prazo: A maioria das medidas para as culturas de inverno dependem de negociação com outros ministérios. E elas são consideradas fundamentais pela FAEP para manter os produtores de trigo paranaenses competitivos com outros países.

Questão de segurança: a FAEP continuará buscando soluções político-econômicas junto ao governo federal desde a desregulamentação do setor no intuito de consolidar o cultivo do cereal no Brasil. O estabelecimento da política de comercialização da produção tritícola nacional é uma questão de segurança alimentar, de manutenção da capacidade produtiva dos solos brasileiros, de otimização de recursos e acréscimo de valor por unidade de área cultivada.

Propostas: entre as propostas que a FAEP espera que o governo introduza até a próxima safra destacam-se:

- Realizar estudo para estabelecimento de um zoneamento agroeconômico e de qualidade industrial, visando à segregação qualitativa das cultivares no campo.
- Suspender durante o período de comercialização a autorização automática de importação do trigo em grão, sendo a mesma outorgada com base na comprovação de compra de mesma quantidade de trigo nacional.
- Atribuir ao Mapa a coordenação de um programa de validação de cultivares de trigo de forma a assegurar aos produtores rurais a validade das características qualitativas informadas pelos obtentores das cultivares. Por exemplo: cultivares que são enquadradas como Classe Pão e muitas vezes resultam no campo em Classes inferiores, como Doméstico ou Básico.
- Alocar recursos para Contratos de Opção de Venda, lançados pela Conab aos produtores, em quantidade e condições definidas antes da época de plantio, para serem exercidas até o final do mesmo ano de seu lançamento.

Área de trigo - PR

A área paranaense de trigo em 2013 deve ser maior que a plantada em 2012. A primeira estimativa da Seab-PR aponta um crescimento de 6%, passando de 778 mil para 825 mil hectares.

Com informações do Mapa, Seab-PR e DTE/FAEP

O “Patinho Feio” do Sul

Paraná é o estado sulino que menos recebe recursos federais



Imagens: Divulgação / Infográfico Gazeta do Povo

“Quem não chora, não mama” ou “não se chora sobre leite derramado”? Qual das duas expressões populares são adequadas ao Paraná, quando se constata que, no sul, o estado será o que menos receberá recursos federais no orçamento de 2013? Provavelmente as duas.

A previsão orçamentária federal é a de que dos três estados sulinos, o Rio Grande terá aplicações de R\$ 2,6 bilhão em obras, Santa Catarina R\$ 2 bilhões e o Paraná R\$ 1,6 bilhão (veja infográfico na página 19).

Descontando-se os investimentos das empresas estatais (R\$ 110,6 bi), o Orçamento da União reservou R\$ 86,3 bilhões em investimentos no país. O jornal “Gazeta do Povo” publicou, por exemplo, que as duas universidades federais paranaenses A Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade

Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) terão repasses de R\$ 1,4 bilhão neste ano, enquanto as seis gaúchas o dobro – R\$ 2,8 bi.

Da mesma forma, o jornal relaciona a desigualdade na Saúde. O Hospital de Clínicas da UFPR irá receber R\$ 183 milhões em 2013, ante R\$ 608 milhões do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). A população paranaense tem apenas 200 mil habitantes a menos do que a do estado gaúcho (10,5 milhões contra 10,7 milhões).

O governo federal, sistematicamente, vem anunciando investimentos no Porto de Paranaguá, estimando em R\$ 1 bilhão o desembolso, mas isso será lento e gradual até 2023.

E a principal obra prevista para o estado é a construção da segunda ponte sobre o Rio Paraná, na fronteira com o Paraguai. A ponte vai ligar Foz do Iguaçu à cidade paraguaia de Puerto Franco. No início deste mês, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), suspendeu pela terceira vez a licitação para realização do projeto. Há uma década fala-se na construção dessa nova ponte.

Somos o “patinho feio” do Sul e da Federação.



A Estrutura Produtiva

O Paraná é o maior produtor nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada. A utilização de avançadas técnicas agronômicas coloca o estado em destaque em termos de produtividade. A soja, o milho, o trigo, o feijão e a cana-de-açúcar sobressaem na estrutura produtiva da agricultura local, observando-se, em paralelo, forte avanço de outras atividades, como a produção de frutas.

Já na pecuária, destaca-se a avicultura, com 25,2% do total de abates do País. Nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do estado atinge 4,1% e 18,7%, respectivamente.

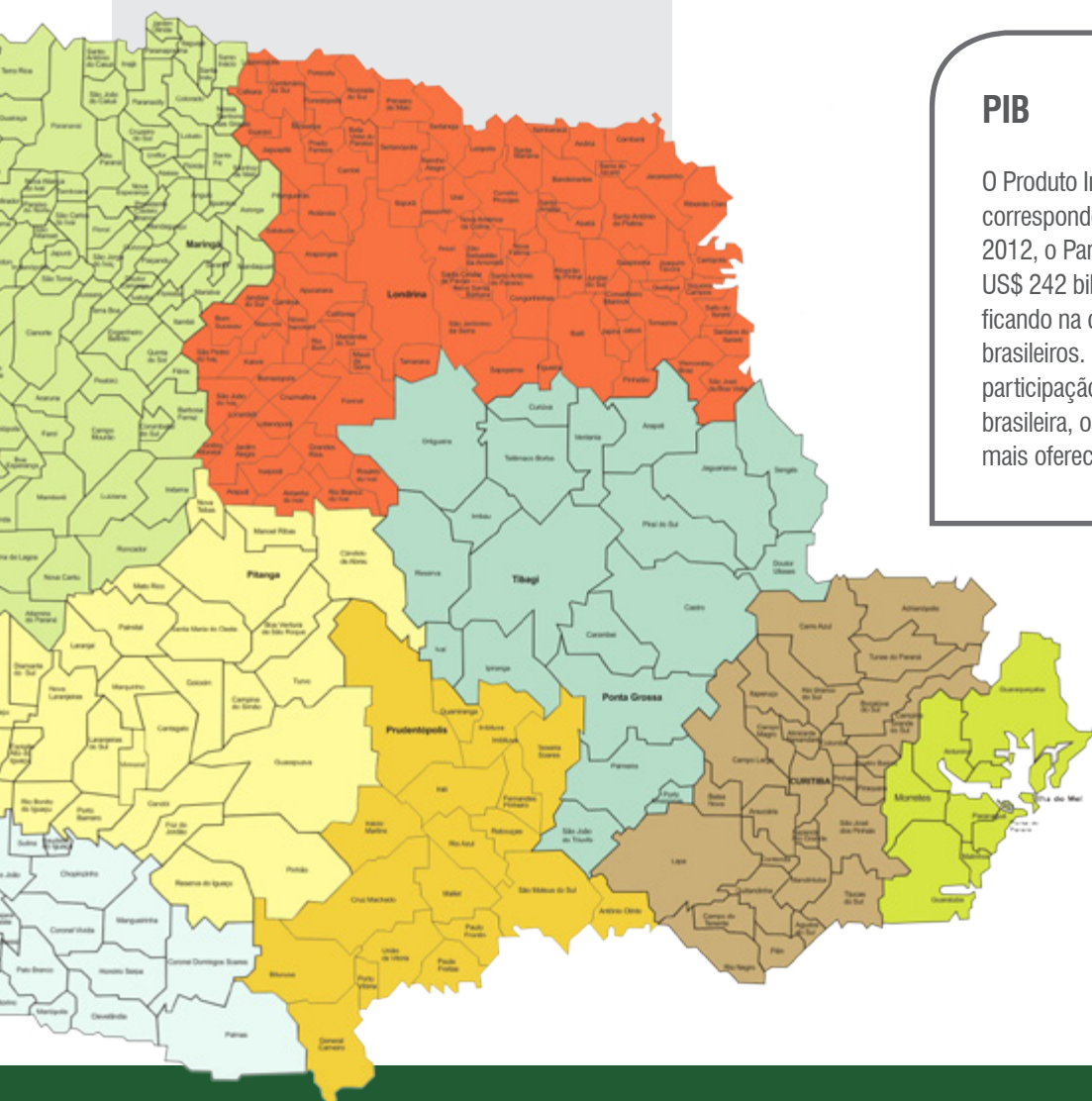
Fonte: IPARDES

Investimentos para o Paraná

O Paraná deve receber R\$ 1,6 bilhão em investimentos. Confira os principais destinos da verba repassada ao estado:

Construção do trecho ferroviário da Ferroeste entre Cascavel e Maracaju (MS)	R\$ 35 milhões
Aquisição de imóvel para o edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 9ª região em Curitiba	R\$ 50 milhões
Construção da segunda ponte sobre o Rio Paraná (Binacional) na BR-277	R\$ 77,4 milhões
Construção de trecho rodoviário entre Porto Camargo e Campo Mourão na BR-487	R\$ 61,2 milhões
Construção de 15 cartórios eleitorais em cidades paranaenses*	R\$ 6,8 milhões
Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu	R\$ 6,5 milhões

Fonte: Gazeta do Povo



PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) paranaense corresponde a 5,84 do PIB brasileiro. Em 2012, o Paraná respondeu por 7,3% dos US\$ 242 bilhões das exportações nacionais, ficando na quarta posição entre os estados brasileiros. Esse número dá a dimensão da participação do estado na balança comercial brasileira, onde o agronegócio é o setor que mais oferece dividendos ao país.

Código Florestal: tempo de paciência

“Nem para nós que somos técnicos e trabalhamos diretamente com técnicas legislativas, existe uma clareza dentro desse processo”, Paulo de Tarso de Lara Pires.

A novela do Código Florestal ainda não terminou. E este é o momento crucial para a implantação e regulamentação da nova legislação. Além disso, Ações de Inconstitucionalidade da Procuradoria Geral da República estão em exame no Supremo Tribunal Federal. Em entrevista à repórter Hemely Cardoso, do Boletim Informativo, Paulo de Tarso de Lara Pires, advogado, formado em Direito e Engenharia Florestal, com mestrado em Ciências Florestais, doutorado em Economia Política Florestal e pós-doutorado em Direito Ambiental na Universidade de Berkeley, na Califórnia

BI – Este ano é crucial para os produtores se adaptarem ao novo Código Florestal. Quais serão as maiores dificuldades pela frente?

Uma das dificuldades vai ser adaptar o novo código, que é uma lei genérica, à realidade paranaense. Temos um histórico de agricultura diferente de outras regiões, como, por exemplo, na Amazônia e mesmo no Rio Grande do Sul. O nosso estado é um celeiro agrícola e agora que temos o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental, ou seja, precisamos ficar atentos à lei e à regulamentação para que seja adequada a nossa realidade. Tem que ter algo aplicável. Nesse momento de regulamentação precisamos de medidas que não sirvam apenas para só punir o produtor rural, mas de incentivo para que ele mantenha e conserve o meio ambiente e seja recompensado de alguma forma por isso. Esse é o momento de trabalharmos de forma adequada.

BI – E a questão do CAR?

O governo federal já deveria ter regulamentado e publicado o CAR, mas até agora não saiu nada. Isso acaba prejudicando os estados a implementarem na esfera estadual. A previsão era que o sistema fosse implantado até maio no Paraná,



Fotos: Fernando Santos / Arquivo FAEP / Gilson Abreu



porém, com esse atraso no âmbito federal é bem provável que ocorra aqui também.

BI – Os produtores estão preocupados com as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adis) em relação a alguns artigos do novo Código Florestal.

São três as ações que foram propostas pela Procuradoria Geral da República, questionam que o novo código seria menos restritivo, mais maléfico ao meio ambiente e por isso fere diretamente o artigo 225 da Constituição. Esse artigo fala do meio ambiente equilibrado como um bem das gerações presentes e futuras. Portanto, sendo maléfico ao meio ambiente seria inconstitucional. Por isso, alguns dispositivos deveriam ser desconsiderados, como a questão das áreas de preservação em torno dos reservatórios, a compensação da Reserva Legal, a anistia das multas, e assim por diante.

BI - Qual é a sua avaliação sobre o novo Código Florestal?

Tem os seus pontos positivos e negativos e é resultado de uma queda de braço entre os diferentes setores da sociedade. Mas em alguns deles precisamos caminhar consideravelmente com a adoção de novas técnicas que permitam uma nova realidade para legislação. Por exemplo, as Áreas de Preservação Permanente (APPs) em alguns locais e também pensando que essa nova lei florestal deve ser aplicada no país por muitos anos. Então, ela vai ser aprimorada ao longo do tempo e nós não podemos esquecer que tão importante como essa nova lei florestal é a sua regulamentação. Nós temos que trabalhar muito bem na regulamentação para que possamos de forma consciente e tecnicamente vencer essas barreiras que estão sendo colocadas diante de nós.

BI - O que o produtor rural deve fazer nesse momento?

Esse é o momento de compasso de espera, o produtor rural deve esperar que a situação clareie para tomar qualquer medida. Não é o momento de o produtor se precipitar, porque nem para nós que somos técnicos e trabalhamos diretamente com técnicas legislativas, que estamos acompanhando os processos junto a Brasília, existe uma clareza dentro desse processo.



As Ações de Inconstitucionalidade

Durante reunião da Comissão Técnica de Meio Ambiente no início do mês na sede da FAEP, em Curitiba, conduzida pelo presidente, Nelson Teodoro, foram analisadas as três ADIs (Ação Direta de Inconstitucionalidade) sobre o Código Florestal. As ações foram propostas pela Procuradoria Geral da República (PGR) estão no Supremo Tribunal Federal. Elas foram unificadas para o relator Luiz Fux.

Veja o resumo delas:

ADI 4901

Objeto - Entre outros dispositivos, o artigo 12 (parágrafos 4º, 5º, 6º, 7º e 8º), que trata da redução da reserva legal (em virtude da existência de terras indígenas e unidades de conservação no território municipal) e da dispensa de constituição de reserva legal por empreendimentos de abastecimento público de água, tratamento de esgoto, exploração de energia elétrica e implantação ou ampliação de ferrovias e rodovias.

A PGR aponta os prejuízos ambientais decorrentes das modificações legislativas e argumenta que o novo código “fragiliza o regime de proteção das áreas de preservação permanente e das reservas legais”, que podem ser extintas de acordo com a nova legislação.

Outros pontos questionados pela PGR nesta ADI são os que preveem a compensação da reserva legal sem que haja identidade ecológica entre as áreas e a permissão

do plantio de espécies exóticas para recomposição da reserva legal. O novo código ainda permite a consolidação das áreas que foram desmatadas antes das modificações dos percentuais de reserva legal, item que também é questionado.

ADI 4902

Objeto - Questiona temas relacionados à recuperação de áreas desmatadas, como a anistia de multas e outras medidas que desestimulariam a recomposição da vegetação original.

O primeiro tópico questionado, o parágrafo 3º do artigo 7º que segundo a ADI permitiria novos desmatamentos sem a recuperação daqueles já realizados irregularmente. O artigo 17, por sua vez, de acordo com a ADI, isentaria os agricultores da obrigação de suspender as atividades em áreas onde ocorreu desmatamento irregular antes de 22 de julho de 2008.

ADI 4903

Questiona a redução da área de reserva legal prevista pela nova lei. Com base no artigo 225 da Constituição Federal, a procuradora-geral Sandra Cureau pede que sejam declarados inconstitucionais vários dispositivos da Lei nº 12.651/12.

Entre os pedidos da ação, a PGR ressalta que, quanto às áreas de preservação permanente dos reservatórios artificiais, deverão ser observados os padrões mínimos de proteção estabelecidos pelo órgão federal competente CONAMA [Conselho Nacional de Meio Ambiente].

Além das ADIs que estão no Supremo Tribunal Federal e deverão ser analisadas pelo ministro Luiz Fux, caberá ao Congresso Nacional votar 9 vetos e 32 modificações feitas pela presidente Dilma Rousseff à lei 12.651/12 – o Código Florestal.

O produtor deve aguardar inicialmente a implantação do Cadastro Ambiental Rural, previsto para ser lançado pelo Ministério do Meio Ambiente em maio próximo. Tão logo isso ocorra, a FAEP, através da engenheira-agrônoma e responsável pela área ambiental do DTE, Carla Beck, formulará e prestará esclarecimentos sobre as medidas a serem adotadas.



Advogado Geral da União acredita que as ADIs são um equívoco da PGR

Advogado-Geral da União (AGU), ministro Luís Inácio Adams, está seguro em relação às três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), movidas pela Procuradoria Geral da República (PGR), questionando dispositivos do novo Código Florestal. Adams descartou o risco jurídico e afirmou estar confiante em relação aos fundamentos que embasaram as decisões da presidente Dilma Rousseff e do próprio Congresso Nacional, “que debateu exaustivamente o assunto.”

Deputados e senadores da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) preocupados com um possível retrocesso no andamento do processo de regularização ambiental dos imóveis rurais, previsto no Código Florestal, estiveram reunidos com Adams e com a ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente.

Na avaliação do Advogado-Geral da União, o próprio fato de o STF ter unificado as três ações, “porque não havia fundamento constitucional para separá-las”, é um reconhecimento de que a medida proposta pela PGR tem equívocos. Ele explicou que a iniciativa da PGR, por enquanto, não altera em nada o novo Código Florestal, pois a lei continua em vigor e está sendo aplicada.

A ministra Izabella Teixeira afirmou que os prazos previstos na regulamentação do Código Florestal estão mantidos e que, no dia 19 deste mês, irá assinar os acordos de cooperação técnica com os últimos oito estados brasileiros que ainda não aderiram ao programa de regularização dos imóveis rurais. Ela prevê que o Programa de Regularização Ambiental (PRA) estará concluído até 25 de maio deste ano, a data limite prevista na lei.

Vespa-da-galha é a nova ameaça aos eucaliptos

E ainda não há um inseticida específico ou método para combatê-la

Por Hemely Cardoso

Uma praga está tirando o sono dos produtores que cultivam eucalipto no Paraná. Com pouco mais de um milímetro de comprimento, a vespinha conhecida como vespa-da-galha, está atacando plantações em várias regiões do Estado. No Oeste paranaense, praticamente toda a área cultivada de eucalipto sofreu o ataque da praga. Os produtores estão preocupados porque ainda não se sabe exatamente como combatê-la, já que não há nenhum produto que seja capaz de eliminá-la.

Há 40 dias o produtor Deonir Martelli, de Medianeira, levou um susto ao descobrir que as vespinhas atacaram os seus 150 hectares de pés de eucalipto com dois anos e meio. “Eu não sabia e ninguém da região conhecia essa praga, tanto que cheguei a pensar que era uma doença. Apareceram nódulos nas folhas, que ficaram enrugadas para cima e como o inseto é muito pequeno fica difícil enxergá-lo no meio da plantação”, conta. “A gente nem calculou o tamanho do prejuízo, mas acredito que perdi a minha poupança verde”, lamenta.

No mesmo município, os cinco hectares de eucalipto do produtor Antônio Vendrame também sofreram o ataque dos insetos. Segundo ele, a maioria das árvores com 18 meses já está contaminada e a sua maior dor de cabeça é não saber o procedimento correto para combatê-la. “O que a gente vai fazer? Ninguém sabe como acabar com essa praga”, questiona. Pelas suas contas, vai perder o investimento com o plantio e a compra das mudas.

A vespa-da-galha

Oriunda da Austrália, a praga foi descoberta pela primeira vez em Israel no início de 2000. A ocorrência da vespa-da-galha no Brasil, mais especificamente no nordeste da Bahia, é o primeiro registro feito no continente americano há três anos. O potencial de ataque da vespinha é muito grande. Ela põe os ovos dentro da planta que, com o passar do tempo, começam a formar o que se chama da galha, uma espécie de tumor que deforma as folhas e ramos, prejudica a circulação da seiva e leva a queda de folhas e secamento de ponteiros. Toda a parte apical da planta pode secar, impedindo o crescimento e reduzindo significativamente a produtividade.

O que o produtor deve fazer?

Representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Emater-PR, Embrapa Florestas, Associação Paranaense das Empresas de Base Florestal (Apre), Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul (Seapa-RS) e da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) participaram no último dia 12 de março de uma reunião na Embrapa Florestas, em Colombo, para discutir estratégias e medidas para combater a praga. O encontro foi coordenado



pela Adapar e o engenheiro florestal José Hess, do DTE representou a FAEP.

O pesquisador entomologista da Embrapa Florestas, Edson Tadeu lede, diz que o produtor deve procurar escritórios da Agência de Defesa Agropecuária no Paraná (Adapar) e buscar informações sobre espécies de eucalipto com maior resistência ao ataque da vespa. Segundo ele, os ataques ocorrem com maior frequência na variedade *Eucalyptus camaldulensis* e as espécies *benthamii* e *eudine* podem ser menos vulneráveis à praga na região Sul. “Não existe nenhuma comprovação científica, mas aparentemente essas espécies são mais resistentes”, explica.

Outra recomendação do pesquisador é queimar o pé de eucalipto contaminado e eliminar as mudas assintomáticas. “Assim o produtor vai erradicar e evitar a infestação da praga em outras áreas”.

O coordenador florestal da Emater, Amauri Ferreira Pinto, orienta o produtor para ficar de olho na hora de comprar a muda da árvore e comprar somente em viveiros regularizados no Registro Nacional de Produtores de Sementes e Mudanças. Além disso, ir ao local e verificar se há a presença da vespa-de-galha nas mudas. “Tem que tomar alguns cuidados em relação às florestas que foram implantadas e ficar de olho no sintoma e nos informar assim que possível. Porque o controle se torna inviável depois que as árvores já estão adultas”.

Medidas

A obrigatoriedade do uso de um sistema de monitoramento nos viveiros para detectar a praga, com o uso da chamada “armadilha adesiva amarela”, é uma das estratégias apresentadas durante a reunião.

Outra medida que pode ser adotada para novos plantios é a seleção de materiais genéticos resistentes. Segundo lede, “ainda não há nenhuma comprovação científica que isso vai reduzir a infestação. No entanto, alguns testes demonstraram que, quando mudas de diferentes procedências são colocadas lado a lado, pode ser verificada a preferência do inseto. Isso pode ser uma evidência de que aquele material pode ser tolerante ou resistente à praga. Mas, ainda não há nenhum dado para que se possa afirmar que esse material é resistente ou tolerante”. Uma estratégia de pesquisa, então, seria a seleção de materiais tolerantes e/ou resistentes à vespa-da-galha.

Já na linha do controle biológico, serão importados e estudados parasitoides de origem australiana, que já foram introduzidos em Israel, além da prospecção e avaliação de parasitoides nativos. A avaliação de inseticidas não está descartada, mas espera-se que outras medidas de controle, dentro de um programa de manejo integrado da praga, como ações de manejo florestal e o uso, em especial, do controle biológico, tragam resultados mais efetivos e sem impactos ao meio ambiente.

Um projeto de pesquisa com estes itens já está em articulação entre UNESP de Botucatu, IPEF, UFV e Embrapa.

Fonte: Embrapa Florestas

A plantação de eucalipto concentra 720 mil hectares no Paraná, segundo dados divulgados pela Emater em 2012. O setor é o terceiro na pauta de exportações do Estado, com a geração de US\$ 1,3 bilhão em divisas ao Estado no ano passado.

Giacobo preside a Comissão de Agricultura



O deputado Federal Fernando Giacobo (PR-PR) foi eleito no último dia 6, presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. O deputado Moreira Mendes (PSD-RO) foi escolhido 1º vice-presidente do colegiado; o deputado Abelardo Lupion (DEM-PR) como 2º vice; e a deputada Luci Choinacki (PT-SC) para a 3ª vice-presidência.

Paranaense de 43 anos, Giacobo nasceu em Pato Branco, onde começou a trabalhar e, mais tarde, tornou-se empresário dos ramos automotivo e de móveis e eletrodomésticos. Em 2002, foi eleito para o primeiro mandato de deputado federal. Formado em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos pela UNIP, em 2010, atualmente está no terceiro mandato na Câmara.

Ao assumir a Comissão, Giacomo afirmou: “Vamos brigar pelos produtores, ampliar a discussão em torno da MP do Portos e buscar a integração com a Comissão de Viação e Transportes para melhorar o escoamento da produção”.

Cartas

Ao sucessor, o Boletim



Venho recebendo invariavelmente há oito anos ou mais o Boletim Informativo do Sistema FAEP, uma revista de invejável qualidade em tamanho, assuntos, apresentação e riqueza de fotos, que acompanho desde o início do recebimento. Sinto-me lisonjeado de estar entre os demais proprietários rurais que o recebem.

Todavia, do alto dos meus 85 anos, cumpro a alegre satisfação de comunicar que transmiti aos filhos os meus bens imobiliários, incluindo a propriedade agrícola, herança de família, parte que coube à minha falecida esposa, localizada na divisa dos municípios Apucarana e Arapongas, há 4 km de Aricanduva e vizinha do Assentamento Rural. A propriedade foi dividida em dois lotes, cuja parte maior coube à minha filha Rosângela e que está sendo explorada e administrada pessoalmente pelo marido, meu genro Luiz Sergio, Administrador de Empresa, pessoa de grande entusiasmo, determinação e competência, que realiza ali, agora, a chamada agricultura de precisão.

E é justamente para ele, que gostaria que fossem enviados, a partir de agora, os exemplares deste precioso Boletim.

José Cyrilo Silveira Mendes | Londrina – PR

NR. Prezado Sr. Cyrilo. Já foi providenciado o envio para seu filho.

Erramos: na matéria sobre Implementos Agrícolas publicado na pg 18 do BI 1207, no título houve a indevida inclusão do “h” do verbo “agir”. O correto seria “aja” e não “haja”.

As comemorações do Dia da Mulher

O Dia Internacional da Mulher (08/03) foi comemorado por vários sindicatos rurais que ofereceram várias atividades, entre elas palestras motivacionais e cafés coloniais. Mais uma vez o Sistema FAEP congratula-se com as mulheres em especial as produtoras rurais e trabalhadoras rurais pelo empenho nas atividades do campo e na busca da melhor gestão das propriedades.



Sindicato Rural de Cascavel



Sindicato Rural de Palmeira



Sindicato Rural de Ivaiporã



Sindicatos Rurais de Londrina, Sertãoópolis, Ibiçporã, Jataizinho e Cornélio Procopio

As comemorações do Dia da Mulher



Sindicato Rural da Lapa



Sindicato Rural de Maringá



Sindicato Rural de Campina da Lagoa



Sindicato Rural de Nova Aurora



Sindicato Rural de Pinhão



Sindicato Rural de Cidade Gaúcha

SÃO JOÃO



Encontro

O Sindicato Rural de São João reuniu no último dia 5 de março, o prefeito Altair José Gasparetto, o vice-prefeito Roque Garmus e os produtores rurais que entregam seus produtos para a merenda escolar das escolas da rede pública. O presidente do Sindicato Rural Arceny Bocalon coordenou a reunião, que teve como objetivo apresentar os cursos que o sindicato realiza em parceria com o SENAR-PR. Na oportunidade foi apresentado o curso de Olericultura Básica em Raízes e Folhas. Após o encontro os produtores se organizaram e fecharam duas turmas para a realização desse curso.

QUERÊNCIA DO NORTE



Posse

No dia 22 de fevereiro tomou posse a diretoria eleita do Sindicato Rural de Querência do Norte. Foram eleitos: Denilson Antônio Aita como presidente; Gino Aita, como vice-presidente; Maria Marcia Fortuna e João Schueroff, como secretários e Airton Aita e Fabrício Zanata Piripolli como tesoureiros. Essa diretoria fica no cargo até 23 de fevereiro de 2016.

SÃO JORGE DO PATROCÍNIO



Inclusão Digital

O Sindicato Rural de São Jorge do Patrocínio em parceria com a Escola Municipal João Batista de Melo realizou o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - Inclusão Digital Avançado – 24 horas. O objetivo foi oferecer aos produtores e trabalhadores rurais do município conhecimentos para utilizar o computador, acessar a internet, fazer planilhas eletrônicas para aplicação de custos e obter melhores resultados na gestão de seus negócios. O curso aconteceu no período de 26 a 28 de fevereiro com a participação de 12 alunos. O instrutor do grupo foi Clóvis Polozi.

CANDÓI



Tratores agrícolas

A extensão de base de Candói do Sindicato Rural de Guarapuava ofereceu o curso de Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola) - tratorista polivalente – básico. O curso aconteceu nos dias 7 e 8 de fevereiro, teve a participação de 11 produtores e trabalhadores rurais e foi ministrado pelo instrutor Rubens Gelinski. O curso foi realizado em parceria com a Fazenda São Pedro.



Stalin e Chavez

Sessenta anos depois, Hugo Chavez morreu no mesmo dia de Joseph Stalin (05.03) mas não será embalsamado como o ditador soviético.

Embalsamar: ato de conservar cadáveres, retirando órgãos e fluídos internos e aplicando produtos químicos que não permitem a decomposição dos tecidos restantes.



Laranjice

“Laranja”, não a fruta, mas aquele que assume a culpa no lugar do outro por ingenuidade ou sabendo da falcatura. Surgiu no final da década de 70 com as chamadas “pirâmides”, jogo no qual havia uma pessoa que era chamada de “limão” e que deveria aliciar dez pessoas para o jogo. Essas faziam pagamentos para que os “limões” recebessem. As pessoas que faziam o pagamento eram chamadas de “laranja” e dificilmente obtinham seu dinheiro de volta.

Bíblia

Na Bíblia, Deus é citado 4.336
Senhor: 7.607; Lúcifer:
O Satanás: 54. Se você duvida,
comece a contar.



100 milhões de cópias

O álbum mais vendido de todos os tempos é o Thriller, lançado pelo finado Michael Jackson em 1982. O disco chegou a vender mais de 100 milhões de cópias e, naquele ano, o cantor pop era o maior nome da música.



A Páscoa baliza

Todos os feriados eclesiásticos são calculados em função da Páscoa, e esta é calculada levando-se em conta o primeiro domingo após a primeira lua cheia que se verificar a partir de 21 de março. A terça-feira de Carnaval ocorre 47 dias antes da Páscoa e a quinta-feira do Corpus Christi ocorre 60 dias após a Páscoa. Ascensão ocorre 39 dias após a Páscoa e o domingo de Pentecostes vem 10 dias depois da Ascensão.



O pioneiro

Pero Vaz de Caminha e sua carta ao Rei D. Manuel, o Venturoso, de Portugal, comunicando a descoberta do Brasil, “terra em que se plantando tudo dá” fez nascer a propaganda brasileira. Pelo menos é o que os publicitários que gostam da história da publicidade garantem.



Grandão

O maior avião do mundo de passageiros é o A380, da fabricante Airbus e tem 4.400 m² de superfície. Possui dois andares e capacidade para transportar 525 passageiros, em três classes.



Jornais

O “The New York Times” é o jornal mais conhecido e conceituado do mundo e foi fundado em 18 de setembro de 1851. Na edição de domingo de 13 de setembro de 1987, o jornal foi às bancas e assinantes com 1.612 páginas e sua média atual é de 1,3 milhões de

exemplares e 1,8 milhões aos domingos. A Associação Nacional dos Jornais estimou que em todo o Brasil circularam diariamente no ano passado 8,8 milhões de exemplares. A Folha de São Paulo tem a maior circulação diária: 297 mil exemplares.

Conversa de bar...

Mulher: Você bebe?

Homem: Sim

Mulher: Quanto por dia?

Homem: 3 uísques

Mulher: Quanto paga p/ uísque?

Homem: Cerca de R\$ 10,00

Mulher: Há quanto tempo você bebe?

Homem: 20 anos

Mulher: Um uísque custa R\$ 10,00 e você bebe 3 por dia, R\$ 900,00 por mês e R\$ 10.800,00 por ano, certo?

Homem: Correto

Mulher: Se em um ano você gasta R\$ 10.800,00 sem contar a inflação em 20 anos você gastou R\$ 216.000,00, correto?

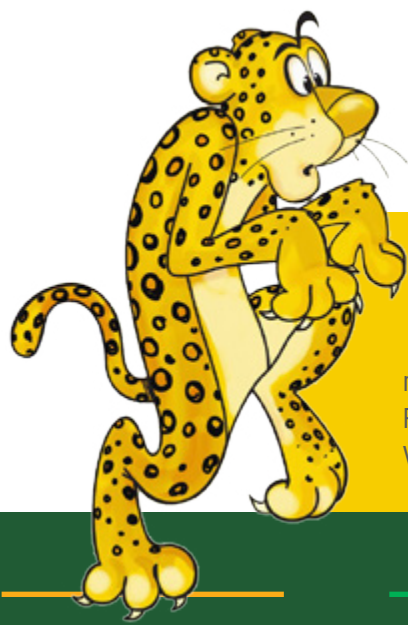
Homem: Correto

Mulher: Você sabia que esse dinheiro aplicado e corrigido com juros compostos durante 20 anos você poderia comprar uma Ferrari?

Ai o Homem pergunta para Mulher : Você bebe?

Mulher: Não

Homem: Então, cadê a sua Ferrari ?



“Do tempo do onça”

A expressão é utilizada para indicar um tempo muito antigo e que mantinha certos preceitos não mais utilizados na própria época. É da época do capitão Luís Bahia Monteiro, governador do Rio de Janeiro de 1725 a 1732. Seu apelido era Onça. Numa carta que escreveu ao rei Dom João VI, Onça declarou que “Nesta terra todos roubam, só eu não roubo”. O “Onça” era um visionário.

22 de março

Dia Mundial da Água

Vital para a sobrevivência de todos os seres, os cientistas atestam que a quantidade de água existente no planeta não aumenta nem diminui. Acredita-se que a quantidade atual de água seja praticamente a mesma há 3 bilhões de anos. Isto porque o ciclo da água se sucede infinitamente, num ciclo ininterrupto e envolve uma constante mudança de estado físico.

Na natureza a água ora se torna líquida, ora gasosa pela energia do sol, evaporando oceanos, lagos e rios e pela respiração de animais e plantas. E volta à superfície da terra na forma de chuvas ou neve nos lugares frios, reiniciando o ciclo.

Não é preciso, porém, ir longe para se constatar a morte dos rios que cortam as pequenas, médias e grandes cidades brasileiras. São, na maioria esgotos a céu aberto. Ambientalistas radicais de plantão acusam o homem do campo de poluir os rios, esquecendo convenientemente que é ao deixar

perímetros urbanos, ultrapassar corredeiras e ganhar as áreas rurais que os rios revivem.

Hoje, cerca de 250 milhões de pessoas em 26 países já enfrentam escassez crônica de água. A ONU estima que em 30 anos pelo menos 3 bilhões de pessoas no planeta enfrentarão escassez diante da degradação das reservas de água. O organismo recomenda que nesse futuro a alternativa será o aproveitamento das geleiras e a dessalinização da água do mar.

A água ocupa 70% da superfície da Terra, 97%, é salgada e apenas 3% do total é água doce e, desses, 0,01% vai para os rios, ficando disponível para uso. O restante está em geleiras, icebergs e em solos muito profundos. Ou seja, o que pode ser potencialmente consumido é uma pequena fração. Sexta feira, dia 22, é o "Dia Mundial da Água", mas não custa respeitar e preservar todos os dias esse bem insuperável na face da terra.



SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|--|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____

Responsável